



# DIÁRIO

## da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014-2018)

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

### REUNIÃO DA 4.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 19 DE NOVEMBRO DE 2015

**Presidente:** Exmo. Sr. Abnildo d'Oliveira

**Secretário:** Exmo. Sr. Silvestre Mendes

#### SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 10 horas e 35 minutos.

A 4.ª Comissão Especializada Permanente procedeu à auscultação do Sr. Director Administrativo e Financeiro do Ministério da Educação, Cultura e Ciência (Hélder Gonçalves), relativamente à petição dos moradores e agricultores da zona de São Marcos.

Usaram da palavra, além do Director Administrativo e Financeiro (Hélder Gonçalves) e da Técnica do

Ministério da Educação (Vera Conceição), os Srs. Deputados Celmira Sacramento (ADI), José Manuel (ADI), Brito Vaz (MLSTP/PSD) e José Maria Barros (MLSTP/PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas e 20 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 10 horas e 35 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**José Manuel** Costa Alegre  
**Silvestre Moreno** Mendes  
**Sebastião** Lopes **Pinheiro**  
**Celmira** d'Almeida do **Sacramento**  
**Abnildo** do Nascimento **d' Oliveira**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Deolindo** Luís da Trindade **da Mata**  
**Brito Vaz** d'Assunção  
**José Maria** Afonso de Barros

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**João** Neto de Almeida **Godinho**

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director Administrativo e Financeiro do Ministério da Educação, Cultura e Ciência e os restantes elementos que o acompanha, muito bom dia a todos. Sejam bem-vindos à esta Casa Parlamentar.

Estamos na sede da 4.<sup>a</sup> Comissão Especializada da Assembleia Nacional, que tem entre outras incumbências, além dos Assuntos Económicos, a questão ligada à Agricultura, Infra-estruturas, Recursos Naturais, Meio Ambiente e Cooperação Internacional.

Antes de avançarmos, gostaria de fazer a apresentação. A minha direita estão os Deputados que compõem a 4.<sup>a</sup> Comissão. Portanto, somos nove: o Sr. Deputado José Manuel Alegre, do ADI, é Vice-Presidente desta Comissão; o Sr. Deputado Silvestre Mendes, do ADI, é Secretário desta Comissão; o Sr. Deputado João Godinho, do PCD; a Sra. Deputada Celmira Sacramento, do ADI, que é também Secretária Permanente da Mesa da Assembleia Nacional; o Sr. Deputado Dionísio Fernandes, do MLSTP/PSD, o Sr. Deputado Brito Vaz é também do MLSTP/PSD; e eu, Abnildo d'Oliveira, do ADI, sou o Presidente desta Comissão. Temos duas técnicas: a Dra. Linete Paquete, do apoio à Comissão e a Dra. Raquel Cardoso, da Redacção.

Foi baixada à 4.<sup>a</sup> Comissão, através da Mesa da Assembleia, uma nota para nós darmos o seguimento a uma petição dos moradores e agricultores da zona de São Marcos, face a uma situação de conflitos de interesse, relativamente ao terreno, onde o Ministério da Educação prevê a construção de uma escola.

Na anterior Legislatura, a Comissão teria emitido um parecer que orientava os serviços, quanto ao procedimento para que as partes não se sentissem lesadas.

Depois da auscultação do Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, tivemos um elemento complementar de que o Ministério da Educação teria encetado contactos para viabilizar o espaço onde será erguida a nova escola.

Portanto, é na sequência desse elemento que nós achamos por bem convidar o Sr. Director da Direcção Administrativa e Financeira (DAF) para nos ajudar com alguns elementos que facilitarão os nossos trabalhos.

Feita esta nota introdutória, passaria a palavra ao Sr. Director.

O Sr. **Hélder Gonçalo** (Director da DAF do Ministério da Educação Cultura e Ciência):— Sr. Presidente, gostaria de me apresentar, bem como a equipa que me acompanha.

Eu sou Hélder Gonçalo, Director Administrativo e Financeiro do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, ao meu lado está a Dra. Eteldinaide d'Alva e a seguir a Dra. Vera da Conceição, técnicas da DAF.

Bem, eu desconheço o conteúdo da petição que foi subscrita pelos moradores de São Marcos, Água Arroz, Água Colma e Vila Maria. Tive conhecimento ontem que tinha que estar cá para prestar declaração, relativamente a este assunto.

No que diz respeito ao Ministério da Educação, quero dizer, quando tomamos conhecimento de que havia dificuldade em erguer o Liceu, tanto é que já houve um pagamento feito à empresa, e por causa disso não foi possível dar seguimento às obras, diante dessa situação entramos em contacto com os Serviços Geográficos e Cadastrais.

Na altura, nós não vimos o título de posse que confere ao Ministério a posse do espaço. No entanto, esse expediente foi feito, criou-se uma equipa ao nível do Ministério mais os Serviços Geográficos e Cadastrais para fazer a delimitação do terreno onde seria erguido o Liceu. Neste momento, estamos na posse do título de posse a favor do Ministério.

Em relação aos camponeses, depois de termos o título de posse, demos conta que na área pertencente ao Ministério estavam ali 11 camponeses. Entramos em contacto com esses camponeses através da Associação dos Camponeses de São Marcos, tivemos vários encontros com os mesmos, negociámos no sentido de chegarmos a um acordo que permitisse ao Ministério construir, tendo em conta que foi feito um acordo de financiamento com a empresa que só está à espera da resolução desse conflito para dar início às obras.

Nas negociações com 11 camponeses que estão no espaço pertencente ao Ministério, estes disseram que queriam indemnização. Nessa lógica, partimos para negociação e chegamos a um acordo de indemnização com esses camponeses. Pagamos essa indemnização. Fez-se um acordo de compromisso com eles, no sentido de, após receberem a indemnização, abandonarem o espaço para permitir que o Ministério possa dar início às obras.

Esse expediente foi feito, os camponeses já receberam as devidas indemnizações, e neste momento a empresa já está a preparar o espaço para erguer a escola.

Em relação a este assunto é o esclarecimento que eu tenho a dar sobre o Ministério da Educação.

O Sr. **Presidente**:— Depois desta explicação, não sei se os Srs. Deputados querem colocar alguma questão?

Tem a palavra Sra. Deputada Celmira Sacramento, para uma intervenção.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI):— Gostaria de cumprimentar o Sr. Director da DAF do Ministério da Educação, Cultura e Ciência, bem como a sua equipa e pedir um esclarecimento. Segundo o Sr. Director, não tem conhecimento das reivindicações dos moradores de São Marcos. Mas é uma polémica, que já existe há algum tempo, entre o Ministério da Agricultura e os moradores, soube-se a tempos atrás que o Ministério passou alguns títulos de posse, mas as pessoas que tinham os títulos de posse não eram os camponeses.

Portanto, quando lá iam para aceder ao seu espaço, simplesmente, não conseguiam porque os camponeses não deixavam.

Soube-se que o Ministério também tentou colocá-los lá para os lados do Rio Vouga, subindo para Bôbô-Fôrro, há um espaço aí. Lá também os populares invadiram e eles não conseguiram entrar.

Resumindo e concluindo, depois de toda essa polémica, o Ministério da Educação quando tentou negociar o espaço não fez démarches no sentido de saber o que havia antes?

O Ministério só negociou com os 11 camponeses no espaço que lhe cabe para a construção do Liceu. E com todos os outros? Como é que ficou? O Ministério da Agricultura deu algum aval a esse processo?

O Sr. **Presidente**:— Tem a palavra Sr. Deputado José Manuel, para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI):— Antes de mais, gostaria de saudar a todos, em especial, ao Sr. Director Administrativo e Financeiro do Ministério da Educação e à sua equipa.

A minha questão é um pouco similar a questão da Sra. Deputada Celmira, que me antecedeu. Mas, antes de mais, deixe-me parabenizar o Ministério pela iniciativa de construção de mais um Liceu, que o País tanto precisa e pelos expedientes que já foram feitos para encontrar, efectivamente, o espaço para isso.

Este nosso encontro vem na base da sequência de um conflito e esta auscultação tem essencialmente como objectivo dirimir esse conflito que na nossa óptima não devia existir.

O espaço inicialmente foi concedido, como disse inicialmente a Sra. Deputada, não sei se aos moradores, mas a alguns cidadãos, cujo objectivo era a construção de suas habitações. Essas mesmas pessoas já tinham o título de posse da terra, só que elas não tiveram acesso ao terreno, porque os camponeses que ali se encontravam decidiram não sair. As pessoas que têm o título por direito são os verdadeiros proprietários do espaço. O Ministério da Educação negociou com os camponeses, sem saber que os mesmos não eram os legítimos proprietários. Eles apenas estavam ali temporariamente à espera de alguma negociação para cederem o espaço aos verdadeiros donos. Será que o Ministério da Educação levou em consideração a existência dos títulos que já existem? Para não cairmos na situação de um espaço com dois títulos, sendo um pertencente ao Ministério e outro aos respectivos indivíduos que têm o título para construção. Isso acaba por ser uma questão preocupante.

Na altura em que auscultamos o Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais percebi essa preocupação da parte dele. Cadastro é uma instituição que concede terras e se deu o título de posse àqueles indivíduos e também deu o título de posse ao Ministério da Educação, o receio é se o espaço onde se vai construir a escola não é o que pertencia também aos anteriores indivíduos. E se assim for, futuramente teremos outros conflitos para dirimir e assim sucessivamente.

O Sr. **Presidente**: — Só para situar, é necessário perceberem que não estão no banco de réu, a Assembleia não julga ninguém. Apenas queremos informações, sobretudo informações institucionais e fidedignas para fazermos o nosso trabalho. Além de legislar, a Assembleia tem a função de fiscalizar a acção governativa e representar o povo.

Uma vez que foi dada entrada uma petição, em representação deste mesmo povo, cabe-nos seguir e ver junto a acção governativa o que pode ser feito para que todo o mundo saia satisfeito.

É essa nota que gostaria de deixar para a delegação não se sentir assustada, aqui não é um Tribunal. Mas agradecemos que o Sr. Director nos faculte toda a informação necessária.

Tem a palavra o Sr. Director.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Gostaria de fazer um esclarecimento. Eu não disse que não tinha conhecimento da reivindicação dos moradores. O que eu disse é que não tinha conhecimento da petição que foi introduzida na Assembleia. Desconheço o conteúdo da mesma.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, só um parêntese. Na nota introdutória, eu deveria ter feito o esclarecimento do conteúdo da petição, no entanto a Sra. Deputada Celmira Sacramento na sua intervenção situou-nos no que estava na base dessa petição.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Quero dizer que Cadastro é uma instituição vocacionada para fazer a gestão e a distribuição de terras. A partir do momento em que esse trabalho foi feito em conjunto com o Ministério da Educação e o Cadastro, fomos ao terreno, fizemos a delimitação do espaço.

Inicialmente, havia um espaço, um pouco mais à frente, que era afecto ao Ministério da Educação. Esse espaço, segundo o Cadastro, foi distribuído, depois deram-nos um outro espaço mais para dentro, é esse que temos hoje.

Há cerca de dois meses Cadastro emitiu-nos um título de posse. Parte-se do princípio que o Cadastro ao emitir um título de posse desse espaço, quer dizer que, à partida, não deveria haver outros cidadãos com título de posse desse mesmo espaço.

Agimos de boa-fé confiando nos serviços do Cadastro. A partir do momento que temos o título de posse, temos conta que nesse espaço existem 11 camponeses.

A nossa preocupação foi com relação a esses 11 camponeses, porque não queremos criar conflito entre o Ministério e os camponeses que estão no espaço pertencente ao Ministério. Porque quando o Cadastro emitiu o título, eles já lá estavam.

Uma forma amigável de ultrapassar a questão, chamamos os camponeses, dissemos que são 11, não iríamos negociar com todos. Criaram uma comissão de três pessoas. Disseram que têm uma associação dos camponeses e essa associação é que nos representava.

Começamos a negociação. Dissemos que queremos construir a escola e solicitamos o que precisam para que possamos ocupar o espaço e construir a escola.

Ok, é um problema que já vem há muito tempo, mas estamos dispostos a aceitar uma indemnização. Nessa lógica, negociámos as cifras, houve acordo, passamos para execução, fizemos os expedientes e pagamos. Partia-se de princípio que estava tudo legalizado.

Em relação aos outros não era a nossa preocupação, a nossa preocupação era apenas com o espaço que nos pertence, por isso não procuramos saber o que aconteceu com os outros se têm ou não o título. É esse o expediente que foi feito.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Então, parte-se do princípio de que o espaço onde está a ser erguida a escola não faz parte do espaço onde inicialmente as pessoas possuíam o título.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Hélder Gonçalves.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Não consigo dizer, porque o espaço onde está a ser erguida a escola, inicialmente não estava afecto ao Ministério. O Cadastro para nos dar outro espaço quer dizer que aquele já tem outro beneficiário. Temos um espaço um pouco mais atrás em relação ao outro. Mas posso pedir a técnica para nos dar mais informações porque ela acompanhou todas as negociações.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Vera Conceição, para uma intervenção.

A Sra. **Vera Conceição** (Técnica do Ministério da Educação): — Sr. Presidente, o que pude constatar no terreno com o técnico da Planificação Física e os membros da associação dos horticultores, eles

confirmaram que no nosso espaço não havia ninguém com o título de posse, mas sim noutra espaço que os outros camponeses ainda ocupam é que que algumas pessoas têm o título de posse. Não aquele que o Ministério da Educação tem estado a ocupar.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Director disse que foi negociado com uma representação da associação dos agricultores. Podia-nos precisar o valor e teria como nos facultar o comprovativo desse pagamento?

Porque nós, a Assembleia, temos mecanismos para agir, mas gostaríamos de agir com propriedade.

O Sr. **Hélder Gonçalo** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Nesse processo criámos uma equipa do Ministério composta por dois técnicos onde a Dra. Vera Conceição esteve presente mais a associação dos camponeses e fizeram um levantamento de espaço que cada camponês ocupa. Em função dessas áreas propusemos uma indemnização de 30 000,00 dobras por metro quadrado e isso foi aceite.

O levantamento foi feito juntamente com os elementos da associação, eram três elementos: o presidente, o vice-presidente e a secretária. Acompanharam todo o processo, medição do terreno, levantamento, a delimitação da área que cada camponês ocupa.

Fizemos esses expedientes, propusemos o montante das indemnizações, levaram a proposta para os camponeses, eles aceitaram a proposta, assinaram todos um termo de compromisso que depois de receberem a indemnização iriam desocupar o espaço.

Havia algumas plantações, dissemos que depois da última colheita já não poderiam fazer mais plantações, tendo em conta que havia um acordo assumido por eles. Isso já foi feito, já foi pago.

Mas havia uma senhora com uma barraca, metade está dentro do terreno que pertence ao Ministério e a outra metade está fora. Negociamos com a senhora no sentido de, para além da indemnização pelo espaço onde a senhora ocupa com as suas plantações, demos-lhe também uma indemnização pelo espaço que a barraca ocupava. Parece que pela barraca pagamos 22 milhões, uma pequena barraca, mas pagamos e nesse momento pela informação que tenho é que a senhora depois de receber a indemnização disse que não saia. É o único caso que temos.

Esse expediente foi feito, temos todos os documentos e podemos facultar, mas preciso de autorização do meu superior hierárquico para facultá-los. Mas não temos problema nenhum.

Temos todos esses expedientes, a acta da reunião, a declaração do compromisso assinada, os comprovativos dos pagamentos.

O Sr. **Presidente**: — Para nós, como devem calcular, existem são-tomenses que agem de boa-fé e de má-fé. E podemos ter no grupo dos petiçãoários, aqueles que rubricaram a petição, elementos que por alguma razão já receberam. Pode configurar num crime de burla, existem charlatões.

Quando estivermos a fazer também a nossa abordagem, porque temos que submeter um parecer à Mesa da Assembleia, gostaríamos de ter a lista daqueles que foram contemplados, quanto receberam, mesmo a senhora que foi beneficiada com a indemnização para depois com os subscritores da petição e não só, além dos que não subscreveram a petição, poderão estar por detrás a reivindicar para dar força, porque todo mundo quer ganhar mais.

E para termos esses elementos, agradecemos, mas se o Sr. Director tiver alguma dificuldade em nos facultar os documentos, através da Mesa da Assembleia, vamos solicitar essas informações por via formal.

O Sr. **Hélder Gonçalo** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Sr. Presidente, da minha parte não há dificuldade nenhuma, só preciso passar essa mensagem ao meu Ministro, desde que ele me autorize, preparo o dossiê e encaminhado à Assembleia Nacional; não há problema nenhum.

Temos todos os dossiês, cópias de B.I, cartão de contribuinte dos elementos todos, cópia do Estatuto da Associação. Pedimos a cópia do estatuto para certificar que a associação está credenciada para negociar em nome dos pequenos agricultores, temos actas das reuniões, inclusive, gratificamos os membros da associação com a quantia de 1.5 milhão de dobras, cada um por esse expediente.

Receberam esse valor pela colaboração dada durante todo processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Brito Vaz.

O Sr. **Brito Vaz** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, da auscultação feita ao Sr. Director dos Serviços Geográficos e Cadastrais, ele deu-nos a conhecer que houve uma comissão criada entre a Direcção do Cadastro e a Direcção da Agricultura, de forma a identificar a Comunidade de Rio Vouga. Depois surge outro elemento de que o Ministério recusa em ceder título aos agricultores de forma a passarem para outro local.

Agora aparece o Ministério de Educação com título e negocea com os agricultores sem ter em conta a Direcção dos Serviços Geográficos e Cadastrais e outros agricultores vão ser lesados porque alguns populares já têm o título do outro espaço. Há um espaço do Ministério e há outro que algumas pessoas têm título. Os populares querem ocupar o espaço para construção e os agricultores estão impedidos porque não

têm um local para transferir as suas plantações. O Ministério negocia com um grupo e outro fica sem negociação.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — A partir do momento que o Cadastro nos passa o título de posse, somos os legítimos proprietários do terreno, temos que ocupar o nosso espaço.

Vimos esse impedimento, negociamos para ultrapassar essa barreira para ocuparmos o nosso espaço. Isso que fez o Ministério da Educação.

Durante a negociação apresentamos vários cenários. Um dos cenários era negociar com o Ministério da Agricultura para encontrar um outro espaço onde eles possam exercer a sua actividade. Disseram que não.

Outro cenário era negociar com a empresa que iria construir a escola no sentido de esses onze encontrarem um posto de emprego na empresa. Disseram que estão habituados a trabalhar por conta própria e não queriam ser empregados de ninguém.

Perguntamos o que queriam, disseram-nos que queriam indemnização.

Quanto aos outros, acho que já não é o nosso problema, porque enquanto proprietários do espaço queríamos ocupar o nosso espaço e a barreira que encontramos, procuramos uma forma de ultrapassar, esse é o expediente que foi feito a nível do Ministério da Educação.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Brito Vaz, para uma intervenção.

O Sr. **Brito Vaz** (MLSTP/PSD): — Acho que não cabia ao Ministério da Educação indemnizar porque quem gere a política dos terrenos em São Tomé é a Direcção do Cadastro.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Não indemnizamos pela ocupação do terreno como tal, o terreno é do Ministério, mas eles tinham lá as suas plantações. Se déssemos início às obras, teríamos que destruir as suas plantações e nessa lógica para compensar pelo prejuízo que iriam ter com as plantações e durante algum tempo teriam que encontrar um outro espaço para continuar a exercer as suas actividades, para evitar também conflitos, por isso, é que negociámos. Mas, não negociámos partindo do princípio que eles são os donos do terreno. Eles não são os donos do terreno, porque não têm documentos que provem que são proprietários do espaço.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director, face a esse entendimento chegado com os 11 agricultores, no entender do Ministério, pelo menos a parte que compete ao Ministério, tem o sentimento que o assunto está resolvido? Não haverá nenhum atrito neste sentido?

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Sim, porque o representante da associação, inclusive, estava no Ministério um desses dias informando que aquela senhora não obstante receber indemnização pela barraca e pelo terreno disse que não saia. É o único caso.

Todo o resto está ultrapassado, tanto é que a empresa já está a fazer os trabalhos preliminares para dar início às obras.

E o representante da associação tem estado a acompanhar este processo.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira Sacramento, para uma intervenção.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Presidente, mais uma vez gostaria de dizer que é salutar o trabalho do Ministério da Educação na resolução do problema, mas, cá entre nós, sabemos que o problema com a população não ficou resolvido. Porque eram mais do que 11 agricultores de certeza.

Se pegarmos nesses 11 agricultores e resolvermos os problemas deles, os outros ficarão revoltados. O objectivo era mesmo cultivar o terreno. Eles todos não tinham o título de posse.

Nem os 11, nem os outros restantes tinham o título de posse. Quando o Ministério de Educação tenta negociar com o Cadastro, deixa o Ministério da Agricultura de lado. Resumindo e concluindo, só temos a situação mais ou menos resolvida na parte do Ministério, onde se vai erguer a escola. Mas todo o resto vai ficar como está, porque o conflito não ficou dirimido.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Director.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — Não sei se o papel do Ministério da Educação é resolver este problema.

Temos um objectivo, que é a construção da escola. Estamos pressionados pelo excesso de alunos.

O problema que o Ministério tem neste momento é justamente à falta de espaço para acomodar os alunos.

Temos salas com 80 a 90 alunos, é uma pressão bastante grande e estamos a arranjar a forma de ultrapassar esse problema.

Agora, resolver os problemas dos agricultores, acho que da parte do Ministério, não é o nosso papel negociar com esses agricultores. Poderá haver uma outra entidade que resolva o problema, que não seja exactamente o Ministério da Educação. Mas nós, enquanto proprietários do espaço, queremos ocupar o nosso espaço.

Houve um financiamento que foi feito à empresa, mas ela não pode dar início aos trabalhos porque há esse impedimento, é o que procuramos resolver. Neste momento, se é o Ministério da Agricultura ou se é o Cadastro não sabemos.

Entramos em contacto com o Cadastro, porque não tínhamos o documento que nos confere o direito do espaço e a instituição do Estado que trata dessa matéria é o Cadastro, então entramos em contacto com o Cadastro. O Cadastro criou uma comissão com os técnicos do Ministério, fomos ao terreno, fizemos a demarcação do terreno, emitiu-se um documento, nós tornamo-nos proprietários do terreno e simplesmente ocupamos o nosso espaço.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sra. Deputada Celmira.

A Sra. **Celmira Sacramento** (ADI): — Sr. Director, nós da 4.<sup>a</sup> Comissão não estamos contra. A construção de um Liceu é necessário.

Tendo em conta as nossas atribuições, estamos a tentar resolver o problema, sem querer diminuir a iniciativa do Ministério em construir um Liceu. O nosso propósito é tentar resolver a situação. Então, ficamos a saber agora, segundo a sua explanação que a parte da Educação está mais ou menos resolvida.

O que é que a 4.<sup>a</sup> Comissão vai fazer com o restante? É esse o nosso problema.

O Sr. **Hélder Gonçalves** (Director da DAF do Ministério da Educação): — É o problema da 4.<sup>a</sup> Comissão, mas não é o problema de Ministério da Educação. Agora, cabe à 4.<sup>a</sup> Comissão fazer outros expedientes, no sentido de ver resolvida a outra parte.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel, para uma intervenção.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Sr. Presidente, fico com a nítida sensação e o sentimento de que após uma reflexão que acabei de fazer, depois de auscultar o Sr. Director, fui verificar a petição, fiquei com a sensação de que o Ministério da Educação, pelo esclarecimento que deu, tem a sua parte solucionada e o seu problema resolvido. Porquê? Porque os horticultores não são os peticionários.

Os peticionários são as pessoas que possuem o título de posse de terra e que introduziram a petição, justamente, a reclamar, porque os agricultores não liberam o espaço para eles construírem as suas casas.

Logo, o Ministério da Educação está em pé de igualdade com esses proprietários que têm o título de posse de terra. O Ministério da Educação tem o título e seu espaço, conseguiu negociar com os agricultores que estavam a ocupar o seu espaço, dando-lhes alguma indemnização e assim solucionou o seu problema.

Continua o problema dos indivíduos que têm o título de posse e ainda assim os agricultores continuam a usufruir do espaço onde possivelmente a pessoa poderá construir a sua habitação.

Daí que entendo que o Ministério da Educação tem o seu problema resolvido. Acho que o resto não afecta mais o Ministério da Educação.

No nosso processo de auscultação, está agendado auscultarmos o Ministério da Agricultura, que também fazia parte de uma comissão conjunta com o Cadastro, justamente para dirimir esse conflito, ou seja, o Ministério da Agricultura tem a responsabilidade de encontrar um espaço para tirar os pequenos agricultores no espaço onde estão e que pertence aos indivíduos que têm o título de posse. O Ministério da Educação conseguiu fazê-lo pelos seus próprios meios, mas os outros cidadãos precisam da intervenção de uma entidade para fazê-lo, neste caso é o Ministério da Agricultura.

Por isso, no meu ponto de vista, Sr. Presidente, pela explanação do pessoal do Ministério da Educação e conhecendo a situação como nós conhecemos, acho que o que nos resta mesmo é junto ao Ministério da Agricultura encontrar uma forma de dirimir isso, que seria aquilo que é responsabilidade que foi assumida pelo Ministério de Agricultura, que é de encontrar um espaço agricultável para os agricultores criarem a sua horta e liberar o espaço.

O nosso receio inicial era se o Ministério da Educação ocupou o espaço que já era das pessoas que tinham o título de posse. Explicou-nos que não era isso. Logo, acho que vamos prosseguir com os nossos trabalhos e a Comissão saberá quais os próximos passos a dar.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Barros.

O Sr. **José Maria Barros** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, associo-me aos outros Deputados para felicitar o Ministério da Educação, pela construção do Liceu.

Como disseram e muito bem os outros Deputados, não está em causa essa iniciativa, mas sim o problema que existe e a Comissão está a tentar resolver.

Sr. Presidente, se bem entendi, neste momento, estamos perante um imbróglio, quer dizer que o Ministério da Educação resolveu um problema que deveria ser resolvido pelo Ministério da Agricultura. O Ministério da Agricultura é que tem a responsabilidade de dar terrenos aos pequenos agricultores, mas o Ministério da Educação resolveu o problema dos agricultores e não resolveu o problema dos cidadãos normais que querem construir.

Quer dizer que o Cadastro vai ter que arranjar um outro terreno para os lesados. Já não é o Ministério da Agricultura. O Ministério da Educação resolveu o problema do Ministério da Agricultura, que é, digamos, indemnizar os agricultores. Penso que temos que ver de novo junto ao Cadastro se consegue encontrar um outro terreno para poder dar aos lesados.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel.

O Sr. **José Manuel** (ADI): — Sr. Presidente, era para complementar a reflexão do Sr. Deputado. A situação que o Ministério da Educação resolveu era dos agricultores que ocupavam o espaço do Ministério da Agricultura. Existem outros agricultores que ainda ocupam espaço de indivíduos que têm o título de posse. A esses o Ministério da Agricultura tem que fazer o quê? É encontrar espaços para esses agricultores que estão no espaço do cidadão, para que este possa fazer a sua construção.

O agricultor diz que não sai, porque ele não tem nenhuma garantia de onde ele vai produzir. Por isso, é que entra o Ministério da Agricultura, para encontrar um espaço para ele produzir e liberar o espaço que é do outro cidadão, que já possui título de posse.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Director está um bocado...Nós aqui somos assim, teremos um fórum próprio ao nível interno da Comissão para nós, através dessas informações, digerirmos a situação e tomarmos outros procedimentos.

Não sei se os Srs. Deputados teriam mais alguma coisa para acrescentar. Sr. Director tem mais algum elemento para acrescentar?

O Sr. **Hélder Gonçalo** (Director da DAF do Ministério da Educação): — É só para dizer que agora estou a perceber qual era o problema. Eu pensava que foram os agricultores que introduziram a petição. Agora fiquei a saber, com o esclarecimento dado pelo Sr. Deputado, que são os proprietários do terreno que introduziram a petição.

Estive a pensar o contrário.

Pensava que eram os agricultores que reclamavam o espaço. Da minha parte já fiquei esclarecido.

O Sr. **Presidente**: — Muito obrigado, Sr. Director. Ficamos com essas informações. Subscrevo as intervenções da Sra. e dos Srs. Deputados, quanto à iniciativa do Ministério da Educação em erguer a infraestrutura escolar e também pela iniciativa do Ministério em tentar dirimir o conflito.

Portanto, aqui ao nível interno, através dessas informações, nós procederemos em conformidade.

No entanto, agradeço ao Sr. Director para ver junto ao Sr. Ministro para nos facultar as documentações essenciais, sobretudo a lista daqueles que foram beneficiados com a indemnização, porque isso vai nos facilitar bastante outros passos que iremos encetar.

Portanto, assim sendo, muito obrigado.

Declaro encerrada a reunião.

*Eram 11 horas e 20 minutos.*